



PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

Decreto nº 5.749 de 28 de janeiro de 2016.

Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 4.851 de 20 de janeiro de 2016 e da outras providências.

EVERTON OCTAVANI, Prefeito Municipal de Agudos, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;

Considerando que a Lei nº 4.851 de 20 de janeiro de 2016 dispõe sobre a concessão de SUBVENÇÃO SOCIAL e/ou AUXÍLIO FINANCEIRO às Entidades Sociais do Município de Agudos no exercício de 2016 e das Outras Providências.

DECRETA:

Artigo 1º - O Objeto que será executado com o valor do repasse, assim como a maneira como serão realizados os repasses (cronograma de desembolso) deverão estar de acordo com o Plano de Trabalho apresentado pela Entidade beneficiada.

Artigo 2º - Cada Entidade beneficiada pela Lei nº 4.851 de 20 de janeiro de 2016 terá seu próprio processo que constará cada qual com suas particularidades.

Artigo 3º - A prestação de contas do valor repassado será feita da seguinte forma:

I – prestação de contas PARCIAL, mediante apresentação semestral de relatório das atividades desenvolvidas, das aplicações dos recursos financeiros recebidos, bem como os anexos exigidos pela Instrução 002/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a ser entregue na Secretária Municipal de Assistência Social até a data máxima de 15 de julho de 2016.

II – prestação de contas ANUAL, nos moldes da Instrução 002/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dos recursos recebidos durante o exercício de 2016 a ser entregue na Secretária Municipal de Assistência Social até a data máxima de 15 de janeiro de 2017.



PREFEITURA MUNICIPAL AGUDOS

Artigo 4º - A legislação que ditará as regras dessa concessão de recursos será a Lei 4.320 de 17 de Março de 1964, a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 em seu Artigo 25 e a Instrução 002/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em sua Seção XIV, artigos 47, 48, 49, 50 e 51.

Artigo 5º - A ENTIDADE fará restituição, no prazo de 30 (trinta) dias, dos valores repassados pelo MUNICÍPIO, nas seguintes hipóteses:

A) inexecução do objeto pactuado no Plano de Trabalho apresentado pela Entidade;

B) não apresentação das prestações de contas nos moldes do artigo 3º deste Decreto.

C) utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho.

Artigo 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua afixação, com seus efeitos retroagindo a 1º janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Agudos, 28 de janeiro de 2016.



EVERTON OCTAVIANI

Prefeito Municipal